



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11154>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i26.11154>



Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 16 | N. 26 | Jun., 2022, pp. 181-192

Submissão: 25/10/2021

Aprovação: 04/02/2022

DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS ENTRE O FEMINISMO DECOLONIAL DE MARÍA LUGONES, A HISTORIOGRAFIA FEMINISTA E O FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA

DIVERGENCES AND CONVERGENCES BETWEEN MARÍA LUGONES' DECOLONIAL FEMINISM, FEMINIST HISTORIOGRAPHY AND POST-STRUCTURALIST FEMINISM

Joyce Otânia Seixas RIBEIRO  
Universidade Federal do Pará - UFPA ¹

Resumo: Nossa intenção é proceder a análise comparativa introdutória de três relevantes abordagens feministas que dividem a cena dos estudos de gênero. Apesar dos riscos, a decisão metodológica foi pela pesquisa teórica (Salvador, 1986; Apple, 1994), cientes de que esta é politicamente informada, na medida em que as teorias revelam interesses de classe, de gênero, de sexualidade, de nação, de raça/etnia, de geração, e são vinculadas a prática social. Para proceder ao estudo, destacamos três aspectos a saber: os pressupostos, a noção de gênero e o compromisso político. Os resultados aos quais chegamos informam sobre a existência de divergências e de convergências entre estas abordagens feministas, confirmando a divergência inconciliável entre historiografia feminista e feminismo pós-estruturalista, convergência incoerente entre feminismo pós-estruturalista e feminismo decolonial, e convergência entre historiografia feminista e feminismo decolonial.

Palavras-chave: Historiografia feminista. Feminismo pós-estruturalista. Feminismo decolonial.

Abstract: Our intention is to carry out an introductory comparative analysis of three relevant feminist approaches that divide the gender studies scene. Despite the risks, the methodological decision was made by theoretical research (Salvador, 1986; Apple, 1994), aware that it is politically informed, as theories reveal interests of class, gender, sexuality, nation, and race/ethnicity, generation, and are linked to social practice. To proceed the study, we highlight three aspects, which are: the assumptions, the notion of gender and the political commitment. The results we have reached inform about the existence of divergences and convergences between these feminist approaches, confirming the irreconcilable divergence between feminist historiography and poststructuralist feminism, inconsistent convergence between poststructuralist feminism and decolonial feminism, and convergence between feminist historiography and decolonial feminism.

Keywords: Feminist historiography. Poststructuralist feminism. Decolonial feminism.

¹ Professora de Didática da Faculdade de Educação e Ciências Sociais do CAAB/UFPA. E-mail: joyce@ufpa.br

MAPEANDO AS PISTAS ANALÍTICAS

Durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “*Produção generificada* do brinquedo de miriti: uma leitura a partir do pensamento decolonial de María Lugones”, desenvolvido entre os anos de 2018 e 2020, constavam entre os objetivos analisar a *produção generificada* do brinquedo de miriti a partir da noção de *colonialidade de gênero*, bem como pensar as contribuições do feminismo decolonial para análise dos processos subjetivos da dominação de mulheres colonizadas.

Por meio do trabalho de campo etnográfico em dois ateliês de produção do brinquedo de miriti - um artefato cultural da cidade de Abaetetuba, que conta com uma bicentenária tradição e é patrimônio cultural imaterial do estado do Pará -, descrevemos a *produção generificada* como um processo produtivo com tarefas generificadas, ancorado na crença de que existe trabalho *bruto e leve*; o *trabalho bruto* é tarefa masculina, sendo caracterizado pela modelagem da matéria-prima transformando-as nas peças miniaturizadas e multicoloridas; há outras atividades masculinas como lixar e selar/aplicar massa, porém, é importante ressaltar que, em geral, só o artesão-chefe modela. Já trabalho considerado leve é desenvolvido pelas mulheres, consistindo na pintura e no acabamento das peças. A *produção generificada* está naturalizada nos ateliês. Por meio da observação participante, conversações e captura de imagens logamos descrever o processo de *produção generificada*, porém, passou a nos inquietar a sua genealogia. Assim, por meio de Lugones (2008, 2014a), escavamos as origens da dominação patriarcal na América Latina, passando a incursionar, também, pela aventura colonial brasileira.²

Contudo, ao analisarmos os contornos do conceito *colonialidade de gênero* delineado por María Lugones (2008, 2014b), notamos o que nos pareceu certa inconsistência teórica, em razão da feminista argentina acionar a noção de gênero relacional de Scott (1995), ao mesmo tempo em que aponta para o imperativo de uma ação coletiva emancipadora nos moldes da historiografia feminista, já que essas duas abordagens contam com pressupostos teórico-práticos inconciliáveis. Assim, nossa intenção é refletir sobre os pressupostos, a noção de gênero e o compromisso político das três abordagens feministas – historiografia feminista, feminismo pós-estruturalista e feminismo

² Contamos as valiosas contribuições de: DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006; DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011; DEL PRIORE, Mary. **História da gente brasileira**: a colônia v.1. São Paulo: LeYa, 2016; FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003; RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

decolonial –, ainda que de modo breve, buscando destacar seus pontos de convergência e de divergência.

Como o problema é analítico, decidimos pela pesquisa teórica. Ainda que a pesquisa teórica apresente certos riscos como o fato de ser incompreendida e até negada por uma parcela considerável da comunidade científica, em razão de ser, supostamente, demasiado abstrata, com linguagem hermética e desvinculada da prática social, a reflexão teórico-crítica, para Apple (1994), guarda significância na medida em que toda investigação possui fundamentos teóricos com efeitos políticos. Outro argumento em seu favor, é o de Salvador (1986), para quem as teorias permitem aprofundar, estender e contribuir com a produção de conhecimento situado em certo espaço-tempo, sendo este um aspecto que marca sua produtividade. No campo dos Estudos Culturais latino americanos, a pesquisa teórica não é considerada asséptica e/ou neutra, mas sim, contingente e politicamente informada, pois as teorias são historicamente construídas e revelam interesses de classe, de gênero, de sexualidade, de nação, de raça/etnia, de geração, já que resultam de decisões vinculadas a prática social e são atravessadas por significados e representações subjetivas. Ao final, uma teoria nunca fala por si própria. O *modus operandi* da pesquisa teórica incluiu o levantamento da literatura pertinente, a documentação bibliográfica, a análise e a escritura; neste caso, manuseamos fontes primárias – livros, artigos e entrevistas – de María Lugones em língua espanhola, assim como fontes secundárias – artigos traduzidos – de Eleni Verikas, Louise Tilly, Joan Scott e Michele Perrot.

Organizamos o artigo apresentando os pressupostos ontológicos, o conceito de gênero, e o compromisso político de cada uma das abordagens em tela, para compará-los e destacar seus aspectos divergentes e convergentes.

A HISTORIOGRAFIA FEMINISTA E O FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA

O feminismo tem sua origem com a contestação de um dos fundamentos da Revolução Francesa, a igualdade, já que as mulheres não foram contempladas pelos direitos políticos e sociais da nascente sociedade republicana francesa (SCOTT, 2002). A partir de então, as mulheres passaram a se organizarem em torno de lutas políticas como: direito ao voto, defesa de melhores condições de trabalho e o direito à educação. No que se refere ao campo teórico as feministas produziram e publicaram a partir de aportes diversos, como as teorias do patriarcado, do marxismo, da psicanálise, do anarquismo e do existencialismo, denunciando a miséria moral (ignorância) e a miséria política (opressão, subordinação) nas quais se encontravam. Avançando no tempo, a efervescente conjuntura

sócio cultural dos anos 60 do século XX influenciou sobremaneira o ambiente acadêmico, contribuindo com a consolidação da História das Mulheres ou historiografia feminista³. Assim, tanto a historiografia francesa quanto a estadunidense promoveram estudos e pesquisas acerca das mulheres considerando-as como campo de pesquisa e de saber para, posteriormente, passar à História do gênero e às relações de gênero (PERROT, 1995).

Os pressupostos da historiografia feminista constroem um edifício teórico-analítico ancorado em uma ontologia crítico-realista, na qual há uma realidade externa ao sujeito que precisa ser conhecida; aqui há a ênfase no contexto econômico – a determinação –, na causalidade e na ação humana, o que permite pensar estratégias políticas de emancipação. Conhecer a realidade é condição para tomada de consciência e para uma ação transformadora. Desse ponto de vista, considera o gênero como construto social e reflexo da economia, o que impõe a necessidade de buscar uma explicação material para as desigualdades, a exploração no trabalho, a subordinação e a violência (sexual, doméstica e no trabalho) vividas pela mulher. Sua finalidade é denunciar e anunciar uma sociedade emancipada na perspectiva social e cultural.

Desse modo, nesta abordagem, o objetivo primordial é descrever as experiências das mulheres a partir de um esforço para superar a carência de fatos relativos as suas vidas na França e nos EUA. Por conta da intenção de descrever as experiências das mulheres este conceito é denominado de gênero descritivo, e uma das consequências de sua aplicação é que o gênero acaba sendo considerado como sinônimo de Mulher.

Apesar de dominante nos anos 60, 70 e 80, esta abordagem foi criticada pela historiadora pós-estruturalista Joan Scott em meados dos anos de 90, quando passou a destacar seus limites teóricos e políticos, contribuindo com o trânsito e a visibilidade de outra noção de gênero. Scott (1995) movimenta o pensamento no terreno movediço de uma ontologia relativista, já que em sua abordagem não há um processo fundacional capaz de afirmar a existência de uma única e verdadeira realidade; as muitas realidades são construídas nas complexas e fluidas relações entre saber-poder, fazendo circular significados e sujeitos fragmentados. A partir das contribuições de Foucault e Derrida, a noção de gênero é refinada e complexificada, de modo a permitir não só descrever, mas analisar – o

³ Segue a trilha da *nova história* que representa uma revolução epistemológica ao introduzir o humanismo na ciência histórica, produzindo conhecimento interdisciplinar com as contribuições das Ciências Sociais. Sua preocupação é com a análise das estruturas econômicas (sem ser economicista), com a organização social, com a psicologia coletiva e o cotidiano das classes populares, desprezando os fatos e enfatizando períodos de longa duração. Documentos são centrais nesta modalidade de pesquisa sendo analisados por meio do método indiciário, disseminado por Carlo Ginzburg. Para historiador italiano, o objetivo deste método é a análise de um conjunto de signos presentes nos fenômenos históricos, pois se a realidade é opaca cumpre observá-la e interpretar seus indícios para decifrá-la.

que impõe o manuseio de teorias – as relações sociais e sexuais existentes. Essa noção de gênero radicaliza o pressuposto da construção social imprimindo forte tom relativista, na medida em que considera que a realidade é discursivamente construída.

Para Scott (1995, p. 86), o gênero é uma categoria útil de análise histórica e possui duas dimensões: a primeira, a construção social, que considera o processo histórico e a inter-relação permanente entre os elementos, que são condição para sua compreensão, como os símbolos, os conceitos normativos – doutrinas, religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas –, a crítica a fixidez – dos binarismo que edificam as instituições e a organização social –, e a desconstrução da identidade subjetiva. A crítica a fixidez dos binarismos de gênero e de sexualidade leva ao questionamento da centralidade do homem expandindo o espaço de modo a permitir o debate sobre seu caráter relacional.

A segunda dimensão, a política, considera o gênero como uma forma primária de imprimir significado às relações de poder – a partir da analítica foucaultiana –, que são baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e que organizam a vida social. Com a inclusão das relações de poder e das diferenças na cena de gênero, as reflexões ficaram mais complexas, pois aqui não se trata da macropolítica estado-sujeito e/ou capital-sujeito, mas das micropolíticas cotidianas, o que exige outra noção de poder. Em geral, o poder é representado como domínio, força, controle, contendo significados unicamente negativos. Entretanto, na perspectiva foucaultiana o poder não é unicamente uma força negativa, mas uma força que produz o saber, o discurso, o sujeito e induz ao prazer. É esta perspectiva produtiva do saber-poder que permite pensar os gêneros como instáveis e acessar o aspecto relacional entre esses (não só mulher x homem, mas mulher x mulher, homem x homem, heterossexual x LGBTQIA+).

A intenção política no manuseio do gênero enquanto categoria de análise histórica é desconstruir discursos, símbolos, conceitos normativos, binarismos, a identidade subjetiva, enfim, a cultura de gênero hegemônica. A partir da crítica ao gênero descritivo, Scott (1995) revigora o conceito tornando-o necessário mesmo quando não se discute o masculino, dada sua amplitude analítica. Isto porque para a autora, não é o bastante descrever os problemas vividos pelas mulheres a partir de origens únicas, sendo imperativo considerar os processos em redes complexas e voláteis, para analisar o significado em sua interação social concreta. Ao considerar o significado, o sujeito individual é acionado –já que não existe experiência sem significado–, articulando-os, pois, ambos são fundamentais para a compreensão da mecânica dos gêneros e da possibilidade de mudança discursiva.

Nesse sentido, a experiência é considerada como fonte de subjetivação, o que leva Scott (1999) a valorizar a política em outros termos, analisando os processos de constituição subjetiva, de modo a abrir espaço para pensar a resistência no interior das construções discursivas. Hoje, os excessos do saber-poder em tramas para a dominação étnica e/ou religiosa, induz a reações insubmissas na arena das lutas sociais por liberdade, configurando resistências micro políticas em favor da individuação, como argumenta Castelo Branco (2002). Para Verikas (1994), a noção de gênero relacional não se configura como abandono da política como uma leitura rasa pode afirmar, mas como outra modalidade de prática política que, no final, proporciona resultados férteis a compreensão de tais problemas.

NOTAS SOBRE O FEMINISMO DECOLONIAL DE MARÍA LUGONES

María Lugones é filósofa argentina, feminista, e professora de Estudos da Mulher e de Literatura Comparada na Universidade de Binghamton/Nova York. A partir do ano de 1998, passou a integrar o Grupo Modernidade/Colonialidade, contribuindo com o refinamento teórico e com as políticas relativas ao gênero, a Mulher e ao feminismo na América Latina. Seu pensamento decolonial é marcado por uma ontologia crítico-realista, em razão da autora considerar a existência de uma realidade externa que oprime e aprisiona as mulheres nativas, logo, precisa ser conhecida para tomada de consciência para uma ação transformadora. A realidade mencionada pela autora é o sistema-mundo moderno/colonial capitalista e patriarcal, que domina e subjetiva os povos nativos por meio de certos mecanismos⁴ como a *racialização*, os binarismos, as representações, o eurocentrismo, bem como de certas estratégias como a *colonialidade do poder*, a *colonialidade do saber* e a *colonialidade do ser*.

O sistema-mundo moderno/colonial de gênero, estruturou-se sustentado por dicotomias que classificaram os gêneros, hierarquizando-os de modo que no topo da pirâmide está o homem branco, europeu, heterossexual; no centro, a mulher branca reprodutora da raça dominante; na base, estão os negros, indígenas e mestiços classificados como não-humanos. Nessa hierarquia racializada as mulheres negras, indígenas e mestiças foram ainda mais excluídas, não sendo representadas na

⁴ A *racialização* subjetiva por meio de modos de agir e de pensar que inferiorizam as culturas nativas; os binarismos produzem a oposição entre polos inconciliáveis (branco x negro-indígena-mestiço, homem x mulher), determinando a superioridade do polo positivo (branco, homem, heterossexual) e a inferioridade do polo negativo (mulher mestiça-negra-indígena-transgênero); as representações são verdades universais e incontestáveis disseminadas pelo discurso colonial, visando o controle identitário e subjetivo (ex: o europeu é civilizado, o nativo é selvagem); por fim, o eurocentrismo afirma a Europa como modelo de civilização a ser seguido pelas demais nações.

categoria Mulher, pois em não sendo humanas, sequer existiam. E assim, em razão da categoria universal Mulher referir-se unicamente a mulher branca, excluiu-se as negras, mestiças, indígenas e transgêneros. Ao excluir as mulheres nativas do mapa do mundo, o homem branco (assim como a mulher branca) assimilou a colônia descartando o cosmo nativo (práticas, crenças, linguagem). Tal *violência epistêmica* da aventura colonial ibérica naturalizou a superioridade do homem branco europeu sobre os povos colonizados, impondo o patriarcalismo e a heterossexualidade como padrão.

Considerando este contexto, Lugones (2008) delinea a noção de *colonialidade de gênero*, uma aposta para saltar as fronteiras limitadoras da noção de gênero biologizante de Quijano (2005). Para tanto, se apropria da noção de gênero relacional de Scott (1995), para afirmar o gênero como uma condição imposta aos corpos, produzida e reproduzida por meio de estratégias e de mecanismos que legitimam o poder colonial. Assim procedendo, salta as fronteiras limitadoras da análise biológica, tentando avançar na direção de uma noção socialmente construída, relacional e com uma ação bem definida. A despeito do fim da colonização, Lugones (2008, 2014b) argumenta que a *colonialidade de gênero* segue circulando entre nós, mesmo sem ser integralmente internalizada, pois mulheres nativas são seres históricos, logo, não podem ser reduzidas a dimensão de seres oprimidas, passivas e vazias. Nesse sentido, a superação da *colonialidade de gênero* é possível no feminismo decolonial, por meio de ações capazes de representar e visibilizar os *não-ditos* da modernidade, as mulheres negras-indígenas-mestiças e transgêneros, ignoradas até mesmo pelas feministas brancas ao afirmarem a lógica universalista.

Para Lugones (2014b), as mulheres de cor não são unicamente colonizadas e oprimidas, são seres que resistem as *colonialidades*, por terem subjetividades oposicionistas e por habitarem um *locus fraturado*, um espaço-tempo cindido pela tensão entre o moderno e o não-moderno, entre a cultura colonial e a cultura nativa. Neste *entre-lugar*, a lógica de resistência passa a ser considerada não um fim, mas um ponto de partida para pensar uma ação política capaz de enfrentar a opressão colonial de gênero. No processo de resistência, é preciso forjar e fortalecer as alianças transgêneros, transraciais e transclassistas em prol da coalizão entre mulheres colonizadas.

Da perspectiva epistêmica, a teoria precisa ser historicizada de modo a permitir a compreensão das relações inter subjetivas que permeiam a opressão. Desse modo, a teoria não permite apenas uma descrição da opressão das mulheres, mas fornece os elementos para que as mulheres possam entender as opressões múltiplas e a complexa lógica das diferenças, rumo a uma coalizão criativa capaz de enfrentar o domínio colonial. Assim, a resistência é teórico-prática: teórica por meio da

interseccionalidade, e prática por meio de ações capazes de construir alianças entre as mulheres colonizadas.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS TRÊS ABORDAGENS FEMINISTAS EM TELA

Considerando a breve descrição das três abordagens feministas apresentadas anteriormente, sistematizamos no quadro abaixo os aspectos centrais de cada uma delas, de modo a refleti-los comparativamente.

Quadro 1 - Divergências e convergências entre as abordagens feministas em análise.

Abordagens feministas	Historiografia feminista	Feminismo pós-estruturalista	Feminismo decolonial de María Lugones
Pressupostos	Ontologia crítico-realista - ênfase na determinação (contexto econômico), na causalidade e na ação humana.	Ontologia relativista - ênfase no poder (coerção social), na diferença e no significado dos complexos processos de regulação, de modo que as subjetividades são voláteis e mutáveis.	Ontologia crítico-realista - foco na determinação (contexto econômico-cultural), na causalidade e na ação humana.
Noção de gênero	Gênero descritivo, um construto social, consequência do contexto.	Gênero é uma categoria analítica, produzido pelo saber-poder e pela diferença, sendo volátil e relacional.	Gênero relacional (parcialmente).
Compromisso político	Denunciar e combater a opressão da Mulher, visibilizar suas experiências, lutar por sua emancipação e pela transformação social.	Desconstruir os discursos e os significados de gênero produzidos pelo saber-poder, para fragiliza-lo; resistência micropolítica e subjetiva.	Denunciar e combater as opressões de gênero vividas pelas as mulheres negras-indígenas-mestiças-transgênero; Resistir por meio de alianças emancipadoras para o bem viver.

Fonte: quadro elaborado pela autora (2021).

Verikas (1994) argumenta que a contenda entre historiografia feminista e feminismo pós-estruturalista ainda não foi resolvida, pois ambas as abordagens possuem fundamentos teórico-metodológicos de difícil equação. Para termos a dimensão da contenda, Tilly (1994) esclarece que a historiografia feminista enfatiza o contexto econômico, a causalidade e ação humana para a emancipação e o feminismo pós-estruturalista, com um caráter mais analítico, enfatiza a abstração, o

saber-poder e a diferença, o que permite acentuar as variações entre os gêneros, bem como decifrar os significados implicados nos complexos processos de dominação. Contudo, para a autora, há limitações em ambas: a historiografia feminista, fundamentalmente descritiva negligencia a abstração (teoria), e o feminismo pós-estruturalista, por sua vez, superestima a abstração e a coerção social (controle, regulação) o que leva, supostamente, ao desaparecimento do sujeito e a impossibilidade de emancipação. Tilly (1994) nos coloca um grande desafio, pois para ela o ideal é a combinação de ambas, com vista a um produtivo estudo das mulheres e do gênero ancorados na descrição, na explicação, na interpretação e na análise.

Agora, com o feminismo decolonial dividindo a cena, temos mais alguns pontos para a reflexão. Talvez Lugones tenha tentado uma composição com ambas abordagens feministas, optando pela noção de gênero relacional de Scott para considerar as diferenças entre as mulheres colonizadas, sem, contudo, negligenciar o contexto e a ação política da historiografia feminista. No artigo *Colonialid y género* (2008) não há menção a Scott, mas intrigadas, mapeamos vários artigos e encontramos citada em uma entrevista a Suyai M. Gualda.

Con respecto al género, es una categoría de análisis (Scott), no una manera de auto-concebirse o de describir la relación con la gente de uno. Es una categoría de análisis nueva, introducida por el feminismo alrededor de los 1970's. Cómo hace una, sin presuponer una historia particular en un lugar particular, para abstraer la complejidad compuesta de cosmología, saber ritual, prácticas de vida, interconexión entre el mundo humano y el natural - distinción en sí problemática -, concepción de yo no individualista sino comunal para simplemente leer a la gente con la categoría género?⁵ (LUGONES, 2014a, pp. 221-222).

Nesta citação Lugones afirma a noção de gênero como categoria de análise de Scott, porém, adiciona a história do lugar, a cosmologia, o saber ritual e as práticas de vida, tudo para analisar a complexidade, porém, o *eu* não é individual, é coletivo, constituído em um lugar particular sempre interconectado. Contudo, diferente de Scott (1995) que radicaliza a diferença e pluraliza os gêneros de modo a defini-lo como relacional e instável, Lugones (2014b) instala uma fronteira que limita a diferença de modo a implicar apenas as mulheres colonizadas, logo, a dimensão relacional é circunscrita e parcial.

Isso posto, resta destacar as convergências e divergências entre as três abordagens feministas:

⁵ Lugones ainda esclarece que o gênero como categoria de análise não é uma forma de autoconceito ou descrição do relacionamento entre certo povo, de modo que o desafio é saltar a concepção de si individualista para uma concepção de si comunal.

1 - Historiografia feminista e feminismo pós-estruturalista são inconciliáveis, logo, não há convergência mas tão só divergências entre estas, em razão de seus pressupostos pertencerem a ontologias diferenciadas;

2 - Feminismo pós-estruturalista e feminismo decolonial convergem quanto ao uso da noção de gênero relacional; mas divergem quanto a ação política por, ao menos, duas razões: 1 - a noção de gênero relacional prevê a pluralização dos gêneros a partir de diferenças múltiplas (raciais, geracionais, sexuais) e inclui as masculinidades e as sexualidades alternativas; contudo, o gênero relacional em Lugones está limitado a pluralização entre as mulheres negras, mestiças, indígenas e transgêneros; 2 - o compromisso político em Scott prevê a resistência subjetiva, as micro políticas; e feminismo decolonial prevê resistências políticas coletivas com vista ao bem viver.

3 - Historiografia feminista e feminismo decolonial divergem quanto a noção de gênero, pois a primeira opera com a noção de gênero descritivo e a segunda com a noção de gênero relacional; contudo, convergem quanto ao imperativo de considerar o contexto, a condição da Mulher e o compromisso político com resistências coletivas e emancipadoras.

Por conta disso, consideramos que a decisão de Lugones pelo gênero relacional se revelou inconsistente com sua ontologia e seu compromisso político de resistência via coalizão entre as mulheres colonizadas. Neste ponto, acionar a noção de gênero descritivo teria sido mais vantajoso, pois permitiria avançar para além do conceito abstrato e universal de Mulher, e considerar as muitas opressões vividas pelas mulheres indígenas, negras, mestiças e transgêneros. Ainda que o feminismo decolonial seja inventivo, sedutor teórico e politicamente por meio da resistência teórica e política, o que, sem dúvida, oxigena a reflexão e a agência, essa inconsistência pode vir a fragiliza-lo.

PARADA REFLEXIVA

Consideramos que cada uma dessas abordagens contribui a seu modo para pensar sobre as lutas das mulheres: a historiografia feminista visibiliza suas experiências, o feminismo pós-estruturalista aprofunda e complexifica a análise dos problemas de gênero ao incluir o saber-poder e as diferenças; e o feminismo decolonial coloca em cenas as mulheres indígenas, negras e mestiças, bem como outras formas de resistências teóricas e práticas.

Ainda que, ao nosso ver, Lugones não tenha logrado êxito em razão de ter optado pela noção de gênero relacional, o que provocou certo curto-circuito entre sujeito-agência, sua aposta teórico-política parece promissora para o Brasil e, particularmente, para a Amazônia por seu passado colonial.

A região amazônica é um território que tem se constituído entre tradição e modernidade, entre local e global, em movimentos que traduzem um cenário cultural híbrido, com grupos humanos descendentes da miscigenação entre o colonizador lusitano, as indígenas e negros/as, de modo que caboclo/as e/ou mestiço/as integram a grande maioria da população. Nesse cenário de aventura colonial, a história das mulheres indígenas, negras e mestiças é marcada pela *racialização* expressa no trabalho pesado forçado, no estupro e na inferiorização, o que não as impediu de resistir por meio de lutas por sobrevivência e visibilidade.

Por agora não temos respostas definitivas a respeito do que consideramos como inconsistências, mas tão somente inúmeros questionamentos disparados pela reflexão, com perguntas como: o feminismo decolonial realmente avançaria em relação a historiografia feminista sendo repensado por meio da noção de gênero descritivo? ou seria mais produtivo seguir com a noção de gênero relacional buscando saídas para a pluralização entre os gêneros? quais os efeitos políticos da inclusão de outros sujeitos no feminismo decolonial? é possível mobilizar as duas formas de resistência política, a individual e a coletiva, a um só tempo?

Enfim, é imperativo o *pensar-fazer* sobre os feminismos em trânsito nessa arena, para dar conta das demandas teóricas e políticas que nos inquietam. De tudo, acreditamos que essas três abordagens feministas, assim como outras, podem ser chamadas ao diálogo para serem dissecadas o tanto quanto possível, de modo que seus pressupostos, suas ferramentas analíticas, seus compromissos políticos e suas implicações práticas fiquem claras, permitindo alquimias e bricolagens inventivas, de modo a contribuir com a visibilidade dos problemas da Mulher e dos gêneros, bem como para entretecer resistências e insurgências.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. O que os Pós-Modernistas Esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz T. (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CASTELO BRANCO, Guilherme. As lutas por autonomia em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, Alfredo. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

LUGONES, María. Género y Decolonialidad: debates y reflexiones - entrevista a Suyai M. Gualda. **Otros logos - Revista de Estudios Críticos**. Neuquém, n. 5, 2014a.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014b.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PERROT, Michele. Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, 1995.

SALVADOR, Ângelo D. **Metodologia e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica**. 11^a ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione L.; LAGO, Mara C. de S.; RAMOS, Tânia R. O. (Orgs.). **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994.

VERIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, 1994.